

CAPÍTULO 2

Cultura, turismo e desenvolvimento: construção de um objecto de pesquisa

O local e o global como escalas possíveis do desenvolvimento: a cultura e o turismo como recursos emergentes

As políticas culturais dos concelhos da AMP, articuladas com as potencialidades turísticas locais, integram-se como vectores estruturantes dos projectos do desenvolvimento dos concelhos, e quando perspectivados à escala mais ampla da área metropolitana que os acolhe, viabilizam-se pelas lógicas políticas de convergência e de projecção do próprio território metropolitano. Digamos que é este o nosso centro de análise¹.

O desenvolvimento de competências culturais nos indivíduos e nos grupos sociais são dimensões para analisar as modalidades de articulação entre uma realidade como a do desenvolvimento e uma realidade como a da fruição. A dimensão cultural faz parte do processo do desenvolvimento das sociedades e dos países. É um ponto de chegada dos percursos políticos dos Estados-Providência europeus, democráticos e intervencionistas, e das pesquisas sociológicas em torno das dinâmicas urbanas, culturais e políticas da sociedade contemporânea.

Quando se perspectiva o modo como o poder local concebe políticas sectoriais de intervenção, no campo cultural e turístico, que adquirem viabilidade desde que estejam integradas num projecto mais amplo de desenvolvimento local, não só este se estrutura politicamente como um processo de mudança social, como adquire historicidade na relação estreita com as lógicas e os efeitos de um outro processo das sociedades contemporâneas: o processo da globalização. Estarão as sociedades a tornar-se mais homogêneas sob o ponto de vista cultural ou, pelo contrário, estarão antes a multiplicar-se as diferenças culturais que resultam dos

¹ No Capítulo 3 apresentamos o objecto empírico e os limites temporais em que situamos a análise das políticas culturais e turísticas da AMP.

(des)encontros entre as dinâmicas culturais globais e a afirmação e a defesa das identidades e dos particularismos locais?

Da relação entre o local e o global estamos perante novas modalidades de manifestação cultural, híbridas e entrecruzadas, nas formas e nos processos de afirmação, com particular localização nos espaços urbanos – espaços de cruzamento e de afirmação multicultural. A globalização é um processo que envolve diferentes dimensões - política, económica, cultural, social, educativa, científica, tecnológica – e que caracteriza, tendencialmente, o percurso histórico das sociedades capitalistas actuais (Melo, 2002). Os localismos, neste sentido, globalizam-se mais rápida e facilmente, e reposicionam-se no mundo. Neste sentido, a cultura e o turismo cultural podem ser perspectivados como modalidades de afirmação de especificidades territoriais por via dos processos e dos mecanismos que a globalização sugere. Por outras palavras, sociedades locais tornam-se mais globais pelas suas especificidades e pelas possibilidades dos contextos da própria globalização (Borja; Castells, 1999).

Os localismos tornam-se globalismos e os globalismos tornam-se localismos, não segundo processos homogeneizadores mas de acordo com especificidades (Santos, 2002). A globalização pode ser entendida como processo de descontinuidade, de ruptura e de inovação, tornando as redes culturais, às diversas escalas, redes desterritorializadas. Porém, e no reverso da leitura, os sentidos destas redes também se visualizam a partir da sua inserção territorial e simbólica nas lógicas e nos processos da própria globalização. Os espaços culturais actuais, e à escala local e regional, são híbridos e mesclados de várias influências – pelo revivalismo das práticas e das memórias culturais tradicionais, pela assunção no quotidiano das expressões das *indústrias culturais*, e pela transfiguração e aproximação das formas clássicas da *cultura erudita* e a afirmação de expressões culturais minoritárias e urbanas.

Do ponto de vista cultural e turístico, os espaços centrais, os espaços periféricos e os espaços semi-periféricos coabitam nas possibilidades políticas,

económicas, sociais, culturais e turísticas da própria globalização. Todos eles se legitimam porque externalizam ofertas e obtêm recursos. Homogeneizando-se práticas e criando-se assimetrias e desigualdades sociais e culturais. Quando abordamos a transformação das sociedades contemporâneas à luz dos processos de globalização, confrontamo-nos com o posicionamento que perspectiva a mudança social a partir da globalização económica e da articulação das transformações verificadas ao nível da sociedade civil – espaço onde se definem comportamentos sociais e se afirmam as formas de autonomia dos cidadãos – e da sociedade política – espaço onde se partilham e transmitem certos valores no quadro dos consensos e dos conflitos associados ao exercício do poder (Mateus; Brito; Martins, 1995).

Reposiciona-se e redefine-se a noção política e territorial de Estado-Nação e afirma-se a configuração política e social de entidades territoriais, supranacionais e infranacionais, ou, no nosso caso, áreas metropolitanas. Poderíamos igualmente perspectivá-la a um nível mais micro salvaguardando a afirmação institucional e política de novas formas de organização territorial – as áreas metropolitanas - onde a globalização, de alguma forma, se localiza. Poder-se-á perspectivar a AMP segundo esta modalidade como centralidade metropolitana e regional, pois as dinâmicas urbanas e as relações entre concelhos estruturam modos de vida e modos de produção económica e social. Estes definem não só espaços urbanizados que se relacionam com um centro urbano – o Porto – como também uma área composta por quotidianos urbanos que desenvolvem relações com centros urbanos envolventes que ultrapassam a própria contiguidade territorial metropolitana. Por outro lado, tais centros urbanos locais adquirem centralidade difusa quando inscritos nas lógicas mais globais do funcionamento do sistema económico e cultural, nacional e europeu. Os territórios, e as dinâmicas culturais e turísticas que neles se processam, vão-se reposicionando em variadas centralidades recíprocas que os reconfiguram. As políticas culturais à escala local e metropolitana exigem um enquadramento que pondere, simultaneamente, a relação com a exogeneidade e a endogeneidade.

Enquanto processo, o desenvolvimento reposiciona também os parâmetros da identidade/decomposição, da coesão/exclusão, da integração/marginalização, dos grupos sociais e dos actores sociais e dos espaços territoriais onde se inscrevem as suas práticas. Interessa-nos abordar o desenvolvimento como processo da mudança social das sociedades locais, e não como variável explicativa dos processos culturais. Nos anos 80 a sensibilidade dos actores políticos para as finalidades sociais e culturais como recursos do desenvolvimento económico afirmou-se como tendência à escala europeia (Santos, 1991). Decorrente da interiorização nos discursos políticos das novas formas, não estritamente económicas, de perspectivar o desenvolvimento, as políticas culturais europeias nos finais da década de 80 e ao longo da década de 90 pautaram-se por objectivos estruturantes como os do reforço da competitividade da produção cultural nacional, apoiando a sua projecção no exterior; da redução da dicotomia entre *cultura erudita* e *cultura de massas*; da formação de criadores/produtores culturais e de mediadores e consumidores culturais; da diversificação da oferta de bens e serviços culturais; e da modernização organizacional e técnica das instituições clássicas de difusão cultural.

Simultaneamente, e entre os possíveis meios de actuação propostos à escala europeia para orientar e fundamentar a intervenção dos poderes públicos nas áreas culturais, nomeadamente no das *indústrias culturais*, adquire centralidade política o recurso à investigação aplicada, decorrente do campo mais amplo das ciências sociais, traduzindo a necessidade política de sustentar, teórica e empiricamente, as opções estratégicas para a cultura e de orientar a aplicação das políticas culturais.

A perspectiva institucional da produção de oferta cultural, direccionada também para a oferta turística, interessa-nos aqui destacar. Não contemplamos a perspectiva da fruição e da recepção propriamente ditas, nem a vertente das dinâmicas culturais na relação estreita entre oferta e procura. Não posicionamos teoricamente, e quanto ao objecto empírico que nos ocupa, os concelhos da AMP, as relações entre a acção institucional e a acção dos actores sociais, ou noutro sentido,

dos públicos. Não isolamos as políticas culturais e turísticas a partir de um dos seus vectores principais, o da formação e alargamento dos públicos locais.

Neste sentido, procuramos conciliar dois níveis de análise. Por um lado, a análise preliminar mais sistémica e diacrónica, com a intenção de caracterizar e interpretar a estruturação do espaço supramunicipal aqui presente, e que antevê a caracterização dos processos sociais locais. Privilegamos a historicidade dos concelhos enquanto territórios que afirmaram, na temporalidade dos processos económicos, sociais, políticos e culturais, uma identidade local e especificidades próprias dos processos de urbanização e de terciarização locais; as dinâmicas sócio-demográficas do território metropolitano, integrando-as nas tendências mais globais das últimas duas décadas das sociedades europeias; os percursos político-partidários, associados a lideranças marcadas pela relação política e social dos eleitos com os territórios locais, e a uma longevidade do exercício do poder político autárquico; e, de igual modo, os percursos concelhios em torno da criação e da dinamização de uma rede municipal de equipamentos culturais e desportivos, e das potencialidades turísticas decorrentes dos recursos naturais concelhios, mas igualmente das materialidades culturais e sociais criadas pelo poder político.

Por outro lado, e num segundo eixo analítico, a caracterização e interpretação das representações dos actores sociais, de cariz sincrónico, e a partir dos discursos dos actores sociais, políticos e não políticos, sobre as dinâmicas culturais e turísticas dos concelhos e do próprio espaço metropolitano. A AMP, enquanto território político formalmente integrado, permite-nos enquadrar os próprios processos sociais locais, triangulando as opiniões e os posicionamentos políticos e sociais de alguns dos seus interlocutores mais centrais: os eleitos locais e os actores locais e regionais com papéis políticos, técnicos ou sociais nas áreas da cultura e do turismo, e em última instância na do desenvolvimento local e regional. A análise sincrónica dos discursos destes actores posiciona-nos sobre as representações face ao presente político e social local, mas de alguma forma são também discursos sobre os discursos e as práticas políticas dos protagonistas –

actores institucionais e não institucionais - dos momentos políticos e sociais anteriores.

Dois níveis de análise, não intermutáveis, mas que conciliando-se dentro das possibilidades da prática da investigação empírica propriamente dita, reconfiguram as leituras das políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP.

A relação entre a cultura e o desenvolvimento local, e o estatuto do turismo cultural nesta relação, são parâmetros que nos orientam na análise das políticas culturais e turísticas. A realidade local e regional é plurifacetada, e perante as dinâmicas culturais que as autarquias têm desenvolvido, faz sentido pensar-se em que medida todas elas, enquanto cultura, são pensadas para o desenvolvimento e em função do desenvolvimento local. A leitura sociológica do local, das modalidades de expressão cultural e do turismo cultural – pelos discursos dos actores locais (eleitos políticos e actores locais e regionais) e pela historicidade documentada da oferta cultural e turística – ocupa-nos nestes cenários locais e supramunicipais. Interessa-nos tanto a lógica global da AMP, ou seja, a partir da totalidade integrada dos concelhos, como as lógicas específicas de cada concelho face aos demais e à AMP.

As políticas culturais e turísticas em contextos locais e regionais: coordenadas de um objecto em estudo

A investigação sociológica enquanto prática da investigação processa-se com a construção de problemas, que desemboca na construção de um objecto teórico. É a construção de objectos teóricos que assegura à sociologia, enquanto formação científica, a sua individualidade reflexiva e analítica e as potencialidades dos seus instrumentos heurísticos de percepção selectiva do real social. Os problemas teóricos decorrem não apenas da *imaginação sociológica* do investigador: a sua imaginação inscreve-se antes de mais em quadros ideológicos e científicos de leitura

do social. Como tal, o aparecimento de um problema teórico, ou de um conjunto de questões que se articulam teoricamente, decorrem de um *conjunto complexo de relações*, tanto *entre conceitos disciplinares (relações intracientíficas)*, entre *conceitos e objectos reais (informação-observação sistemática e controlada-validação)*, entre o campo disciplinar em causa e outros campos disciplinares (*pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade*); *entre práticas sociais no seu conjunto e a prática científica em causa* (Almeida; Pinto, 1995, p.18).

Como é que nas políticas culturais locais é possível articular e viabilizar, num projecto político mais global, vectores como a diversidade cultural, a memória local e a sustentabilidade das iniciativas e dos investimentos urbanos e de ordenamento do território, como também a democratização cultural, a produção de externalidades económicas, culturais e turísticas, e a criação e animação dos equipamentos culturais?

As políticas culturais e turísticas são instrumentos de planeamento cultural e turístico de uma cidade e de um concelho. Projectar culturalmente a cidade implica, desde logo, pensar a cidade do ponto de vista político pois, enquanto exercício político que é, contempla representações sobre o papel do Estado e da sociedade civil na relação com o campo da cultura (Silva, 2003; 1997).

A política cultural autárquica, de cariz público, define-se por um conjunto de princípios e de objectivos estruturantes, de prioridades e de critérios de actuação quer quanto à natureza e às modalidades dos projectos, quer quanto aos modos de financiamento, quer ainda quanto à natureza da relação a estabelecer com os diversos actores do campo cultural. Exige sistematicidade e coerência; planificação, concertação e parcerias entre os actores directamente envolvidos, sejam os políticos e os culturais, seja a própria sociedade civil. Exige diagnósticos de situações sociais e culturais e de públicos. Exige avaliação de actividades e de resultados.

Nas políticas culturais encontramos, assim, dimensões da relação entre a cultura (o campo cultural) e o poder (o campo político) e que traduzem os modos como os dois eixos do campo cultural (oferta/criação e procura/recepção) se

articulam com as concepções ideológicas e a estrutura do próprio campo político local (Bourdieu, 1989).

Assumamos que, do ponto de vista sociológico, e na linha de propostas analíticas arquitectadas, dois princípios globais estruturam uma política cultural municipal (Pinto, 1994; Silva, 1997): o primeiro diz respeito à criação e à manutenção das infra-estruturas básicas especializadas que permitem desenvolver actividades de criação cultural e artística e processos de revitalização, valorização e animação do património cultural local; o segundo reporta para a criação e a satisfação das necessidades culturais dos diversos públicos, particularmente daqueles que, do ponto de vista socioeconómico, mais afastados se encontram das manifestações culturais e artísticas que exigem instrumentos cognitivos de recepção particulares, necessários, em última instância, à sua descodificação e fruição plenas (Bourdieu, 1989).

Quanto ao primeiro princípio, assumem particular relevância sociológica as possibilidades materiais e simbólicas do poder político local para *criar* e *animar* uma rede de equipamentos culturais no espaço local. A rede de equipamentos com uma pluralidade de valências culturais e educativas é a que melhor se enquadra no leque de necessidades que emergem do tecido social local. Por outro lado, só é possível pensar-se numa rede municipal de equipamentos desde que em consonância com recursos humanos especializados e profissionalizados, com recursos financeiros e com estratégias de animação destes espaços culturais numa articulação estreita com a sociedade civil. O associativismo local, enquanto quadro institucional de animação e interacção (Costa, 1999), pode funcionar, simultaneamente, como interlocutor e intermediário privilegiado entre a oferta e a procura cultural. São as parcerias entre as autarquias e os actores do tecido social local e regional (desde os económicos e políticos até aos culturais e educativos) que viabilizam os modos locais do *fazer cultura* e do *estar e usufruir da cultura*.

Quanto ao segundo princípio, estamos perante a questão dos públicos da cultura, ou seja, das possibilidades do poder político para *formar* e *alargar* públicos

da cultura. É uma outra componente da relação entre o poder e a cultura, e do ponto de vista político a que suscita mais dificuldades de operacionalização. A propósito da relação dos indivíduos e dos grupos sociais com as diversas manifestações culturais e artísticas, as assimetrias estruturais da sociedade portuguesa (por exemplo, os níveis educacionais e culturais) e a própria lógica classista das sociedades contemporâneas transparecem nas mais diversas formas da procura e da recepção dos eventos culturais. Fomentar a participação dos públicos nos actos de criação e potenciar condições para a democratização da esfera da produção e da criação cultural constituem dois outros vectores de uma política cultural que, num quadro institucional local, se torna um exercício político mais condicionado.

Neste sentido, e remetendo para reflexões sistematizadas sobre políticas culturais no seio da investigação sociológica em Portugal, concebemo-las a partir de outras dimensões (Santos, 1991). Por um lado, como *factor de desenvolvimento*, destacando-se a relação estreita entre desenvolvimento local e cultura, esta como sector que potencia crescimento, aquele como processo que integra dimensões e objectivos culturais (Silva [et al.], 1988), delineando-se as relações institucionais entre políticas económicas e políticas culturais. Associado a este vector, um outro que posiciona as políticas culturais como meios de garantir a identidade e a independência cultural do território nacional, sendo a cultura um recurso e um traço identitários. Perspectivando-as à escala local e metropolitana, diríamos que as políticas culturais estruturam modos de assegurar identidades sociais e territoriais.

Numa outra dimensão, entendemo-las como *instrumentos de alargamento do acesso a bens e serviços culturais*, procurando-se coadunar as dimensões da oferta e da procura, formando e alargando públicos e constituindo uma oferta plural e híbrida.

Ainda que não nos ocupe na construção do nosso objecto, um outro parâmetro adquire relevância na abordagem sociológica das políticas culturais: os pressupostos ideológicos e políticos quanto ao posicionamento do Estado na regulação da cultura. As políticas culturais, e em particular a uma escala europeia, podem ser perspectivadas como *estratégias de regulação das indústrias culturais*. Ou

seja, posicionando-se entre os poderes públicos europeus a ideia de que articulação entre o sector privado e o sector público exige o reposicionamento face às novas modalidades de cultura, aos novos relacionamentos entre a arte e os mecanismos e instituições de reprodução cultural e artística, e aos critérios transdisciplinares de legitimação cultural e artística (Santos, 1991).

Uma outra questão atravessa a reflexão em torno das políticas culturais nacionais e europeias entre a década de 80 e a década de 90: a que contemporiza a relação entre Estado – e as possibilidades do intervencionismo estatal – e a sociedade civil – as da liberalização económica na área da cultura. Perante tal, a posição conciliatória entre os dois actores, sociais e políticos, é a posição de convergência que melhor se adequa quando perspectivada à escala local e metropolitana. É positiva e adequada a associação entre agentes culturais, públicos e privados, entre empresas sob a forma do mecenato cultural e dos apoios e patrocínios à cultura, e os representantes a várias escalas de intervenção do Estado – no caso, municípios e território metropolitano. Da relação estreita entre esta rede de actores, constroem-se as políticas culturais na base da relativa descentralização, segundo uma lógica vertical e horizontal, integrada e pluri-espacial, articulando a acção de várias entidades e dos níveis territoriais de intervenção (Ibidem).

Quando nos confrontamos com alguns dos requisitos estabelecidos entre os Estados membros da União Europeia, há diversidade nas políticas culturais nacionais, mas cinco requisitos uniformizam a definição das políticas culturais estatais: os objectivos centrais e locais, os actores políticos e culturais, o planeamento, os recursos e as acções estrategicamente articuladas (D'Angelo; Vespérini, 1998).

São directrizes das políticas culturais locais, parece-nos, a valorização e o fomento da produção cultural e artística local, com investimento na criação e melhoria dos equipamentos culturais, com a formação de algumas vertentes de animação cultural e com a articulação entre a escola e os agentes culturais. Por outro lado, consubstanciam as políticas culturais a dotação e funcionalidade dos

equipamentos culturais de carácter municipal e a animação dos serviços culturais, incentivando as capacidades locais de vida cultural e garantindo as condições de atractividade cultural local.

Para além destes vectores políticos e sociais, que nos orientam na própria análise dos discursos sobre a cultura nos concelhos da AMP, assumamos o pressuposto de que há uma perspectiva de apoio e incentivos ao associativismo de base cultural e desportiva, e aos criadores locais, descentralizando à escala local, institucional e geográfica, a própria política cultural municipal, e mantendo a vitalidade do tecido social local. Um outro traço que nos parece ser possível visualizar nas políticas culturais locais, ainda que mais difícil de operacionalizar face à raridade dos investimentos municipais e associativos, é o de criar estruturas de ensino artístico no espaço local, fomentando a formação dos modos de recepção dos públicos e, particularmente, a criação artística no espaço local.

Neste sentido, e se tomarmos como referência a abordagem exploratória do objecto empírico, e os conhecimentos anteriores sobre este espaço político e social, provavelmente há afinidades culturais entre os concelhos da AMP que podem potenciar uma integração e coerência do espaço cultural metropolitano.

À luz das investigações já realizadas, e do próprio enquadramento europeu, que postula a centralidade política da cultura nos processos do desenvolvimento, podemos perspectivar até que ponto tal centralidade se localiza à escala dos municípios da AMP. Parece-nos que o enquadramento jurídico e organizacional das questões culturais, os orçamentos, os projectos e as actividades podem configurar modos locais de relação com a cultura, como garantir, de igual forma, uma particular visibilidade política e social ao poder político local. Criar e dinamizar equipamentos com valências culturais tornou-se um dos objectivos estruturantes das políticas culturais municipais. À escala metropolitana, e perspectivando as áreas metropolitanas como unidades territoriais cujos actores políticos asseguram a gestão integrada das condições de desenvolvimento dos municípios, os equipamentos culturais são tanto mais instrumentos privilegiados de planificação e realização das

actividades culturais quanto mais concebidos numa lógica de rede intermunicipal e metropolitana. Se partirmos do pressuposto de que o modelo territorial metropolitano assume pertinência política e social, porque perspectivado para fomentar uma gestão integrada das condições de desenvolvimento das regiões e das populações, podemos teoricamente arquitectar a ideia de que as políticas culturais municipais podem ser, também elas, concebidas em termos metropolitanos.

É precisamente sobre estas dimensões que nos interessa analisar o posicionamento da cultura no universo político e social dos concelhos da AMP. Por um lado, interpretando até que ponto o território metropolitano, e antes de mais a partir das especificidades de actuação política dos seus concelhos, contraria o cenário de inexistência política e cultural dos programas sistemáticos de intervenção sobre a área do cultural, e a visibilidade restrita do vector cultural no plano estratégico do desenvolvimento local²; por outro, e num sentido paralelo àquele, até que ponto a AMP posiciona a cultura, e as potencialidades turísticas locais e regionais, como parâmetros estratégicos de concepção e de implementação de mudança social local.

Incentivar e viabilizar a formação de públicos da cultura constitui, desde há alguns anos, um vector cada vez menos secundário nos universos políticos das autarquias portuguesas. Ao observarmos as realidades concelhias, tendo por referências as investigações sociológicas que vão adquirindo visibilidade nesta área, e a projecção mediática e vivencial dos processos do campo cultural da sociedade portuguesa, torna-se possível localizarmos mudanças no campo da oferta e da procura cultural local. Particularmente, entre os concelhos mais urbanizados e mais litoralizados.

Outras directrizes orientam o nosso olhar sobre o objecto de pesquisa. Por exemplo, os ritmos e as modalidades segundo os quais os concelhos perspectivam a oferta cultural no espaço local; a criação e animação de espaços de cultura – os

² Como retrata López de Aguilera, “Si algo ha caracterizado a la política cultural local es su extrema diversidad. Constituye un mundo variopinto, escasamente estructurado, divergente en ocasiones, fruto del duro trabajo de francoatiradores.” (2000, p. 16)

equipamentos culturais; mas também como se processa a reutilização de espaços locais já existentes e a reconfiguração das suas valências funcionais. Num outro sentido, interessa-nos interpretar as concepções políticas sobre o que é a animação cultural de uma cidade, os projectos de intervenção cultural, os equipamentos e os públicos culturais. Paralelamente, são determinantes do ponto de vista da lógica metropolitana, as representações dos actores políticos e sociais sobre o território metropolitano, a contiguidade territorial e funcional no seio da AMP, os investimentos políticos e simbólicos de cada concelho e da própria AMP na cultura; por outras palavras, as representações políticas e sociais sobre as virtualidades e possibilidades do projecto cultural metropolitano.

De igual modo, torna-se sustentável do ponto de vista político a associação entre as manifestações culturais locais e as potencialidades turísticas dos concelhos. Os discursos políticos tendencialmente valorizam, e face às diversas instâncias políticas e mediáticas, a necessidade do investimento público e privado no turismo e, nalguns casos concelhios, e para os últimos anos de gestão política, no turismo cultural. Entre os concelhos mais urbanizados e litoralizados, podemos visualizar tais tendências. Se nos confrontarmos com os municípios da AMP, e com a centralidade exercida pelo concelho do Porto, tanto cultural como turística, adquire legitimidade teórica vermos até que ponto há representações políticas sobre a dinamização económica e social do turismo local, valorizando-o como um outro factor de desenvolvimento dos concelhos, particularmente a partir da associação entre as manifestações culturais locais e regionais e as potencialidades turísticas.

Visualizarmos sociologicamente estes parâmetros de análise por via dos discursos e representações dos próprios actores políticos, no desempenho do seu papel, torna-se-nos, e de acordo com parâmetros até agora tipificados, um outro vector analítico primordial: confrontarmo-nos com a reflexividade política e ideológica dos eleitos locais sobre a cultura e os usos da cultura nos contextos políticos e territoriais.

Um indicador empírico que sustenta um outro parâmetro de análise é o de tentar visualizar de que forma a oferta cultural municipal se direcciona também para as externalidades possíveis da economia local e para os usos turísticos de eventos e bens culturais intraconcelhios. Como articulam as câmaras municipais da AMP a promoção de eventos culturais com influência supramunicipal (regional, nacional e internacional) com o investimento na recuperação/revitalização e manutenção do património local enquadra, a nosso ver, uma relação possível entre cultura e turismo locais.

Os níveis de análise a que nos propomos configuram diferentes sentidos de cultura³. As diferentes expressões culturais espelham formas socialmente legitimadas de manifestar o jogo cultural. Não há unidade cultural na sociedade, há manifestações de cultura compósitas que espelham as lógicas mais estruturantes dos processos de estruturação dos actores sociais – a socialização nas diversas valências, graus e contextos – e das pertenças de classe. A *cultura dita erudita*, concebida como *cultura de elite*, é aquela produzida pelos círculos de elite da sociedade, que se institucionalizou no campo artístico, e cujas possibilidades da reprodução cultural reposicionaram tanto as instâncias de legitimação dos bens artísticos como o lugar social e simbólico dos criadores; a *cultura popular*, como matriz fundadora das pertenças territorializadas e das historicidades dos locais e dos grupos sociais, aproximando-se do sentido também etnográfico de cultura; e a *cultura de massas*, caracterizada pelo grau de nivelamento e homogeneização, mas também de mobilidade social e simbólica, que potencia outros níveis de fragmentação do social, novos critérios de legitimação da produção cultural e que torna o campo da cultura um campo de exercício da lógica da reprodução e da rentabilidade económica. A transversalidade entre as fronteiras redimensiona os exercícios políticos de situar a oferta municipal dentro de parâmetros estanques e fechados.

³ A definição das actividades culturais pela UNESCO incorpora a seguinte listagem: herança cultural, imprensa e literatura, música, arte dramática, artes plásticas, cinema e fotografia, rádio e televisão, actividades socioculturais, desportos e jogos, natureza e ambiente, administração geral das actividades/actividades difíceis de classificar (D'Angelo; Vespérini, 1998).

Diríamos que a oferta cultural municipal define-se nessa tentativa de integrar os níveis diferenciados, mas que, na sua simultaneidade, também viabilizam as vivências locais e os usos culturais dos espaços e dos tempos de fruição. Quando perspectivadas à escala metropolitana, ampliam-se as possibilidades de cruzamento entre as formas de criação e de expressão e a pluralidade dos sentidos das vivências culturais. As autarquias procuram equilibrar na oferta local modalidades culturais diferentes que, tanto se enquadram em traços da *cultura popular*, como em universos mais próximos da *cultura erudita* e das *indústrias culturais* (Santos, 1988). Alicerçam-se, assim, outras dimensões analíticas: face às possibilidades da oferta cultural municipal, até que ponto nos confrontamos com os possíveis híbridos na oferta municipal da AMP, e de que modo antevemos o alargamento dos investimentos financeiros e logísticos na área da cultura.

Assumamos que à rugosidade do *objecto empírico* que antevemos, e em diferentes momentos da pesquisa, e à transparência do *objecto em estudo*, que a dado momento a teoria nos permite construir, talvez não haja grande distanciamento. Reposicionamo-lo também a partir das virtualidades que o estudo de caso, metodologicamente, nos permite: o vaivém entre os parâmetros teóricos iniciais da investigação e as sucessivas incursões no terreno que nos confrontam com os actores políticos e sociais e com os documentos da sua historicidade política e cultural. E, nesse sentido, podemos assumir alguns outros fios orientadores da própria pesquisa empírica.

Ao longo da década de 90 do século XX, e confrontando-nos com os resultados das investigações sociológicas, e com as abordagens políticas e técnicas das instâncias políticas e europeias, a centralidade relativa da cultura tende a configurar-se nos discursos e nas práticas políticas e culturais locais. E, enquadrando as representações políticas e sociais dos actores sobre os princípios estratégicos de actuação e as prioridades de investimento político e social, visualizamos a cultura como um dos factores principais para o desenvolvimento do

concelho. Até que ponto, e de que modo, podemos enquadrar tais pressupostos nos concelhos da AMP constitui uma das centralidades teóricas a explorar.

Por outro lado, e tendo presente que as instituições autárquicas se confrontam com novas exigências organizacionais do ponto de vista da maior formalização dos seus serviços internos e externos, a configuração social e política da cultura na organização municipal pode sugerir-nos outros lugares políticos. Que lugares políticos são esses, com que visibilidade e legitimidade formais e políticas se configuram no interior das organizações autárquicas, são outros vectores a dimensionarmos na análise das políticas culturais da AMP.

Senão vejamos. Um estudo datado de 1993, a propósito da macroestrutura das câmaras da AMP (Azevedo; Meireles, 1993), revelou, e no que diz respeito às áreas que aqui nos ocupam, alguns vectores estruturantes: por um lado, a insuficiência e a debilidade de unidades orgânicas vocacionadas para o planeamento estratégico dos concelhos, estando essas preocupações associadas a serviços de assessoria à presidência e às vereações e à área do planeamento urbanístico; por outro lado, a inclusão de funções menos tradicionais (como a educação e o desenvolvimento económico) em unidades orgânicas menos desenvolvidas e menos valorizadas politicamente, não havendo mesmo câmaras com unidades orgânicas criadas para o cumprimento da função do desenvolvimento local ou, apenas, do desenvolvimento económico; por fim, as áreas da educação e da acção social, da acção cultural e desportiva são aquelas que nesta data estão associadas a uma mesma unidade orgânica (divisão ou departamento) e, enquanto funções menos tradicionais no painel das autarquias, têm um enquadramento formal variável e estão situadas numa área "(...) que conhecerá, possivelmente, maior incidência das transferências de competências da Administração Central para a Administração Local." (Ibidem, p.4).

Parece-nos significativo reter uma preocupação analítica complementar: de que modo evoluíram as macroestruturas municipais, com a criação das áreas

metropolitanas em 1991, quanto ao local planeamento estratégico da cultura, do turismo e do desenvolvimento.

Pre vemos também que a construção de infra-estruturas locais com valências culturais e desportivas, e as virtualidades de uma lógica metropolitana na concepção, implementação e avaliação de uma rede de equipamentos culturais, principalmente de estatuto municipal, fundamentam as práticas políticas dos concelhos da AMP. Porém, interpretarmos de que forma tais processos se accionam, e se estamos perante a confluência, ou não, entre políticas culturais concelhias, é uma outra dimensão que adquire centralidade na nossa análise. Por outro lado, interessa-nos reter a maior ou menor conflitualidade destes processos políticos e localizar os mecanismos de aproximação entre as políticas culturais municipais.

A actuação do poder político local tem configurado nos últimos anos em Portugal concepções e práticas políticas que posicionam as áreas da cultura e do turismo nos modelos de desenvolvimento local e regional. Como se configura a AMP nesse sentido ao longo da década de 90 adquire, por isso, legitimidade sociológica. Como refere Yúdice: “(...) la cultura se invierte, se distribuye de las maneras más globales, se utiliza como atracción para promover el desarrollo del capital y del turismo, como el primer motor de las industrias culturales y como un incentivo inagotable para las nuevas industrias que dependen de la propiedad intelectual. Por tanto, el concepto de recurso absorbe y anula las distinciones, prevalecientes hasta ahora, entre la definición de alta cultura, la definición antropológica y la definición masiva de cultura.” (Yúdice, 2002, p. 16).

Como já referimos, incentivar e viabilizar a formação de públicos da cultura constitui, desde há alguns anos, um vector cada vez menos secundário nos universos políticos das autarquias portuguesas. A observação da realidade política e social de certos concelhos, e as investigações já realizadas, mais ou menos focalizadas, levam-nos a localizar mudanças relativas no campo da animação cultural local. Tais mudanças sugerem ao sociólogo o construir de um objecto de análise – públicos e políticas culturais - que, para além das suas especificidades

epistemológicas, levanta desafios do ponto de vista da abordagem metodológica. Podemos começar por assinalar as especificidades subjacentes ao processo de construção dos indicadores de análise das políticas culturais autárquicas que, à semelhança de qualquer investigação sociológica, nos remetem para o problema da validade da medida dos fenómenos sociais e, como tal, para a validade do processo e dos dados de conhecimento obtidos.

Porém, e para além disto, coloca-se-nos também o problema da heurística dos instrumentos de recolha e de análise da informação, bem como o da disponibilidade das fontes documentais necessárias ao trabalho sociológico. A comparabilidade das realidades culturais e políticas das autarquias, e no nosso caso em particular, e atendendo ao período inicial previsto (1980-2001), torna-se, por vezes, difícil, quando não impossível, em virtude da natureza da própria realidade social em análise. A realidade cultural das autarquias, para além de multifacetada e pluridimensional, e com níveis de desenvolvimento intrinsecamente diferenciados, nem sempre se encontra organizada e dotada de registos sistemáticos sobre os mais diversos materiais culturais. Tal não inviabiliza, de todo, a investigação sociológica; pelo contrário, torna-a mais sinuosa e, necessariamente, mais estimulante.

Mas digamos que tais dificuldades e insuficiências traduzem, antes de mais, as especificidades do próprio campo cultural. A categorização estatística do cultural torna-se difícil. O campo cultural é avesso, quase poderíamos dizer, a tal exercício. A ligação ao pólo institucional e infra-estrutural da cultura exige-nos perspectivar as áreas privilegiadas da intervenção política cultural e os níveis de financiamento da cultura local. Na abordagem estritamente estatística do campo cultural – entendido na sua totalidade e cobrindo os vectores da procura e da recepção, da oferta e da criação/edição e da distribuição/difusão/descentralização – o que nos ocupa é o lado da dimensão institucional da oferta, por via das câmaras municipais e dos organismos locais e regionais, e da dimensão infra-estrutural da produção/oferta/criação locais. E quanto a este pólo verificamos que as bases de

dados municipais carecem de uma uniformização dos critérios de organização da informação e de categorização das áreas de intervenção cultural.

Até que ponto a AMP é atravessada por lógicas de competitividade e de concorrência interconcelhia, por um lado, e por lógicas de afirmação própria dos centros urbanos, num jogo de espelhos recíproco, por outro, constitui uma outra dimensão analítica a explorar. Num sentido ou noutro, de que forma a AMP se reforça enquanto espaço metropolitano: estará perante uma lógica de reforço supramunicipal, a partir de um esforço conjunto de inter-relação contínua, e beneficiando de efeitos centrípetos e de efeitos centrífugos? Ou, num outro sentido, acciona dinâmicas de especialização funcional em consonância com dinâmicas de conjunto? De que forma o turismo é uma componente económica e social transversal, já não só às políticas do desenvolvimento local de cada concelho, mas mais do que isso, às políticas de projecção metropolitana da AMP?

Tais lógicas adquirem centralidade territorial e política e integram-se, reciprocamente, a partir da articulação do local e do global, naquilo que constitui a problemática do desenvolvimento local. O desenvolvimento é um produto de uma endogeneidade transcrita e accionada, também, pela exogeneidade dos recursos, dos estímulos socioeconómicos, e das sinergias globais das sociedades contemporâneas. Nessa articulação conjunta, variáveis políticas, históricas, económicas adquirem centralidade necessária para perspectivar as mudanças dos cenários quotidianos das vivências da cultura e dos lazeres; estes por sua vez estruturam-se e articulam-se com a mudança, com outros ritmos e sentidos.

Nessa articulação, concatenamos dimensões de análise política, sócio-demográfica e cultural, integrando as lógicas de concorrência municipal como elementos de uma lógica mais enformadora de inter-conexão municipal e supramunicipal. Para além do politicamente instituído, outras lógicas parcelares se impõem: a fisionomia social e simbólica dos quotidianos dos públicos culturais e as identidades culturais e turísticas para além das representações políticas. Nos projectos de desenvolvimento local dos municípios da AMP, o turismo pode

adquirir uma centralidade que, no contexto presente das autarquias, seja similar à da cultura no painel das prioridades políticas dos municípios e da própria AMP.

Os interstícios municipais, nas suas múltiplas valências e com quadrículas de funcionamento político próprias, traduzem representações sobre as virtualidades da oferta turística – nas modalidades possíveis e nas escalas territoriais desejáveis – não coincidentes com as convenções administrativas dos organismos responsáveis pelas especializações técnicas e pelas espacializações regionais no terreno. Os espaços urbanos da AMP podem ainda ser perspectivados, e a partir das políticas culturais municipais, como contextos de emergência de novas práticas culturais e de públicos, associados a identidades e a sociabilidades que, quando transcritas para o plano da análise sociológica, configuram outras variáveis do desenvolvimento local.

As políticas culturais atravessam-se pelos princípios da democratização cultural e da descentralização cultural. A macrocefalia cultural e artística dos centros urbanos de Lisboa e do Porto, quanto a equipamentos, a técnicos culturais e a criadores e públicos, ainda se mantém à data da construção deste objecto de pesquisa. E enquanto políticas podem ser perspectivadas como estratégias globais de viabilizar o serviço público nas áreas inter-relacionadas da criação, da formação, da produção e da distribuição.

Confrontando as funções municipais com as funções metropolitanas, e à luz da legislação de 1991, propunha-se no estudo realizado em 1993 sobre o modelo institucional dos municípios da AMP (Azevedo; Meireles, 1993), e para as áreas que aqui nos ocupam, que o desenvolvimento socioeconómico fosse perspectivado à escala metropolitana, concebendo-o como elemento de atracção de capitais e de actividades e de mobilização, aproveitamento e valorização dos recursos e capacidades da AMP, e particularmente das suas cidades e num contexto de redes internacionais de cidades; que o planeamento estratégico fosse também ele pensado à escala metropolitana, a partir da discussão conjunta e da articulação e compatibilização dos objectivos e das políticas de desenvolvimento no quadro dos planos urbanos de cada concelho; e que a cultura e o turismo fossem perspectivados

à escala metropolitana, contemplando uma estratégia e uma coordenação de acções. Na área da cultura, faria sentido a aproximação entre as políticas municipais no que diz respeito à racionalização da rede de equipamentos e ao desenvolvimento de produtos culturais (projectos e animação); na área do turismo, valeria a pena promover uma política coordenada de iniciativas que criasse produtos turísticos metropolitanos.

Quando confrontadas com as nossas intenções, tais medidas tornam-se novos vectores de análise.

Em primeiro lugar, interessa-nos visualizar até que ponto se mantém a centralidade funcional do Porto, e segundo que representações, entre os discursos dos actores políticos e sociais da AMP.

Por outro lado, assumimos que a rede de equipamentos não se circunscreve totalmente à delimitação administrativa (municipal ou metropolitana), e quando perspectivados, exigem ser pensados a nível sectorial – consoante as áreas a que dizem respeito – e a nível global – numa lógica conjunta de articulação. De alguma forma, podemos ter aqui presente, e no âmbito da nossa pesquisa, o perfil funcional dos equipamentos, atendendo à sua função e à sua identificação, e não tanto a outros indicadores que caracterizam a rede como, por exemplo, a definição de prioridades de intervenção a partir do faseamento e do financiamento dos equipamentos construídos e a construir, ou da localização dos equipamentos face às redes de transportes e comunicações e núcleos urbanos (Portugal, 1992).

Interessa-nos particularmente saber se a oferta municipal de equipamentos é composta por equipamentos que se destinam à satisfação das necessidades básicas das populações locais e/ou à satisfação de necessidades de nível superior (Ibidem). No primeiro caso, a rede de equipamentos é mais uniforme e equilibrada, mais dispersa pelo território municipal e com proximidade física às populações, integra equipamentos de carácter recreativo e desportivo, tanto enquadrados nas freguesias do concelho como nos centros urbanos do município; no segundo caso, e pensando em equipamentos de carácter desportivo – que permitam a alta competição,

nacional e internacional – e cultural – equipamentos que correspondem a uma oferta cultural mais especializada e com projecção para além do próprio município, tendem a ser equipamentos mais centrais e localizados nos centros urbanos e nas vias de comunicação e transportes mais próximas. Estes últimos são mais influenciados pela heterogeneidade do espaço local e regional e exigem uma maior articulação entre municípios quando inscritos numa lógica metropolitana.

Torna-se difícil operacionalizar critérios comuns para a identificação dos equipamentos locais, como veremos mais adiante no Capítulo 3. Entendemo-los aqui como equipamentos que se estendem desde as freguesias ao município e ao espaço metropolitano, mas que no contexto dos municípios tendem a situar-se nas sedes de concelho e nos núcleos urbanos. O que de alguma forma pretendemos analisar na AMP é o modo como se processa a dispersão territorial dos equipamentos, quais os tipos de equipamentos mais frequentes, e quais as valências de que dispõem. Do ponto de vista do turismo, parece-nos significativo ver até que ponto os equipamentos culturais, desportivos e de lazer são tidos para fins turísticos, e como se arquitecta uma lógica supramunicipal de coordenação de tais infra-estruturas.

Entendemos que um dos factores de bloqueio de uma lógica cultural e turística passa pela não articulação dos equipamentos municipais existentes tanto do ponto de vista da sua oferta como da avaliação e dos investimentos feitos. Contrariamente, um dos factores de reforço dessa lógica metropolitana é a da articulação da programação de certos eventos, para além do consumo local propriamente dito, e que exigem investimentos que as câmaras não conseguem isoladamente assumir.

Nesse sentido, a lógica metropolitana integrada, alicerçada na convergência de interesses e de projectos, mas igualmente de recursos e planos de acção, é aquela que apresenta potencialidades para viabilizar a projecção cultural e turística dos concelhos e do espaço metropolitano. Visualizar de que forma os actores locais, no campo político e no campo cultural e turístico, dimensionam tal lógica de

convergência constitui uma das matrizes estruturantes da análise do nosso objecto – as políticas culturais e turísticas da AMP. Por um lado, porque projecta o conjunto das possibilidades do exercício político e social das áreas metropolitanas enquanto figuras jurídicas e territoriais, dotadas de competências, e, por outro, porque alarga a amplitude e os efeitos das políticas municipais. Particularmente, nas áreas da cultura e do turismo locais e regionais.